

BASE AÉREA DE SANTA CRUZ

Estudo Técnico Preliminar 27/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67269.003325/2026-11

2. Descrição da necessidade

A Base Aérea de Santa Cruz (BASC) é uma organização militar subordinada ao Comando da Aeronáutica, com a missão institucional de executar atividades de preparo e emprego das Unidades Militares sob sua responsabilidade, bem como as de apoio necessárias ao funcionamento das Organizações Militares de sua área de atuação, oferecendo a elas os meios logísticos e estruturais essenciais para o cumprimento de suas atribuições.

Atualmente, a BASC presta esse apoio às demais Organizações localizadas na Guarnição de Aeronáutica de Santa Cruz (GUARNAE-SC), a saber: Destacamento de Controle do Espaço Aéreo de Santa Cruz (DTCEASC), Primeiro Esquadrão do Primeiro Grupo de Comunicações e Controle (1º/1º GCC), Grupo de Saúde (GSAU), com suas Unidades Sediadas: Terceiro Esquadrão do Oitavo Grupo de Aviação (3º/8º GAv), Primeiro Grupo de Aviação de Caça (1º GAvCA), Primeiro Esquadrão do Sétimo Grupo de Aviação (1º/7º GAv), Grupo Logístico (GLOG) e Grupo de Segurança e Defesa (GSD), compondo, dessa forma, o maior complexo aerotático da América Latina.

No escopo desse suporte administrativo e logístico prestado pela BASC às suas Unidades Apoiadas, está o serviço de subsistência, que fornece uma média de 3.000 refeições diárias, atendendo a um efetivo de aproximadamente 1.700 militares e civis alocados na área da GUARNAE-SC.

Dessa maneira, o presente processo de aquisição justifica-se pela necessidade de se manter o fluxo de fornecimento de GLP à Seção de Subsistência (SSUB) da BASC, de forma a garantir o atendimento ao efetivo da Guarnição no que tange ao apoio de alimentação, tendo em vista que os principais equipamentos de cocção utilizados pela SSUB possuem funcionamento à gás. Vale ressaltar ainda que na área da GUARNAE-SC não há suporte de gás encanado.

Além disso, destaca-se ainda a necessidade de aquisição de gás em botijões, uma vez que a SSUB presta apoio de cocção a pontos remotos, onde se utiliza o cilindro de gás P45, e passará a apoiar eventos institucionais, solenidades e comemorações utilizando-se do botijão de 13 Kg.

Ressalta-se também que, na GUARNAE-SC, há ainda o apoio fornecido pelo Grupamento Logístico (GLOG), que possui como missão prestar o suporte de manutenção e suprimento de material aeronáutico aos esquadrões aéreos sediados na Guarnição. Para melhor viabilizar o cumprimento de suas atribuições, o GLOG recebeu, em agosto de 2019, uma empilhadeira com capacidade de 7 (sete) toneladas, com motor de combustão interna e movida à GLP; ou seja, o presente processo visa também possibilitar a aquisição de combustível para o funcionamento desse equipamento, que, para a sua locomoção, se utiliza de gás GLP fornecido em botijões do tipo P20.

Assim sendo, a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) justifica-se pela necessidade de atender uma das atribuições regimentais da BASC, no que tange ao suprimento de apoio de subsistência ao efetivo da GUARNAE-SC. Isso permitirá que a tropa alocada nessa localidade possa desempenhar suas missões institucionais de maneira

adequada, contribuindo para o alcance do objetivo maior do Comando da Aeronáutica, que é a manutenção da soberania do espaço aéreo e a integração do território nacional, com vistas à defesa da pátria.

As especificações dos materiais foram estabelecidas com base na necessidade de atender aos cardápios utilizados diariamente, os quais são planejados pela nutricionista do Setor e elaborados com base em pré-requisitos de qualidade e variedade das refeições fornecidas, visando ao bem-estar da tropa e evitando a monotonia alimentar dos usuários atendidos.

Diante do exposto, observando-se a correta motivação e o devido arcabouço legal, a Seção de Subsistência solicita a abertura de processo licitatório para a aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Subsistência	1º Ten NUT FABIANA DA SILVA ALVES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Aquisição por meio do sistema de registro de preços, tendo em vista a necessidade de aquisições frequentes, dadas as características do objeto em pauta.

Considerar a vigência máxima de doze meses para as atas de registro de preços decorrentes da futura licitação, tendo em vista a alta volatilidade dos preços que é comum para os materiais objeto do certame.

O planejamento dos itens a serem adquiridos deve considerar a diversificação de da capacidade e modelos dos itens.

Devem ser considerados prazos e frequências de entrega condizentes com a perecibilidade dos itens em pauta.

A fim de privilegiar a qualidade dos materiais a serem adquiridos, devem ser incluídos no termo de referência critérios objetivos referentes a condições mínimas de aceitabilidade dos itens, considerando, pelo menos, os aspectos de integridade, pressão no abastecimento à granel, higienização e transporte desses materiais. Com a finalidade de garantir que os futuros fornecedores irão cumprir tais exigências mínimas de qualidade, o edital da licitação deve considerar a possibilidade de solicitação de amostra para análise da equipe técnica.

A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade na execução do objeto, conforme preceitua o Guia Prático das Licitações Sustentáveis da AGU, bem como a Instrução Normativa 06/2013 do IBAMA, mormente nos seguintes detalhamentos, no que couber:

Para todos os itens da presente licitação, os quais enquadram-se no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03 /2013, o Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não-aceitação da proposta, o Comprovante de Registro do produtor do objeto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15 /03/2013, e legislação correlata;

Tendo em vista que o escopo do objeto envolve ainda a comercialização e o transporte de cargas perigosas, sendo também classificada como Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, a licitante vencedora

deverá apresentar comprovante de registro no Cadastro Técnico Federal, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlatas;

Tendo em conta a desejável responsabilidade para com o meio ambiente, adotar todas as medidas necessárias para evitar, atenuar ou reparar os impactos resultantes desta atividade, mantendo-se disponível à fiscalização pelos órgãos responsáveis.

Caso a empresa participante do certame não seja fabricante em si do produto, que esteja enquadrado em alguma FTE, e figure, tão somente, como revendedor, distribuidor ou comerciante em geral, não desempenhando, assim, atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, não são obrigados a registrar-se no CTF do IBAMA. Contudo, deverão comprovar, como requisito de aceitação de sua proposta, que o fabricante do produto por ele ofertado está devidamente registrado junto ao CTF.

Durante a execução dos serviços, a Fiscalização exigirá a apresentação dos documentos comprobatórios do transporte e descarte dos resíduos à luz dos critérios de sustentabilidade acima.

Respeitar os limites máximos de emissão de poluentes em qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste TR.

5. Levantamento de Mercado

O fornecimento de alimentação ao efetivo arranchado em unidade militar do Comando da Aeronáutica constitui-se em atividade de suporte primordial e estratégica para o cumprimento da missão institucional da Força, e de execução inerente às unidades apoiadoras da FAB, contando, inclusive, com órgão central regulador da atividade dentro da Instituição, conforme NSMA 145-1 /1983, devendo ser considerado, ainda, que o direito à alimentação dos militares em atividade, assim entendidas como as refeições que lhes são fornecidas, está assegurado pelo art. 50, item IV, alínea "q", da Lei nº 6.880, de 09/12/80 (Estatuto dos Militares).

Além disso, cumpre ressaltar que encontra-se incluído no plano de cargos do COMAER o Quadro de Taifeiros da Aeronáutica, com especialidades de Cozinheiro e de Arrumador, ratificando-se, com isso, que as atividades de produzir e distribuir refeições são próprias das Organizações Militares, não podendo, portanto, ser adotada como linha de ação alternativa, por exemplo, a terceirização desse serviço, em atenção ao previsto no art. 3º do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, e no art. 9º da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.

Deve ser descartada também a possibilidade de se pagar auxílio-alimentação ao efetivo sediado na Guarnição, uma vez que a BASC está classificada como OM arranchadora, conforme o disposto na Portaria nº 775/GC3,

de 14 de maio de 2019, do Comandante da Aeronáutica, que trata sobre a Classificação e Qualificação das “Organizações e frações de Organizações do COMAER”, como “Unidades Administrativas”; combinado com o art. 72 do Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002 e com a Portaria SEFA nº 1/AJUR, de 8 de janeiro de 2020, que tratam sobre classificação das OM e frações de OM do COMAER quanto ao apoio de serviços de Rancho.

Assim sendo, entende-se que a demanda apresentada pelo setor requisitante, relacionada ao fornecimento de alimentação aos militares em atividade na área de Santa Cruz, é referente ao cumprimento de suas atribuições regimentais estabelecidas pela própria instituição, e que, conforme legislações acima citadas, só pode ser suprida mediante a utilização de gás liquefeito de petróleo, sendo necessária, portanto, a aquisição desses insumos. Para a utilização do gás são encontradas duas possibilidades, o gás encanado ou o gás a granel.

A possibilidade da utilização de gás encanado é descartada devido à falta de estrutura do setor em receber este tipo de produto, devendo que ser feita uma instalação na Unidade para que esta seção seja capaz de adquirir este referido gás. Entretanto, a instalação de suporte para recebimento do mesmo gerará mais custos a Administração Federal, não sendo a solução mais viável.

Ou seja, para o objeto em pauta, tendo em vista as normas existentes, não há outra solução a ser adotada a não ser a aquisição de gás liquefeito de petróleo, os quais subsidiarão o processo de produção das refeições para atendimento do público alvo.

6. Descrição da solução como um todo

A solução eleita para o suprimento das necessidades apontadas pelo Setor Requisitante consiste na aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo para atender a Base Aérea de Santa Cruz e Unidades Apoiadas em suas necessidades para suprir a demanda da GUARNAE-SC, escolhendo assim, a proposta mais adequada e vantajosa para a Administração Pública. Esta solução escolhida é um modelo consagrado no mercado e adotado por grande parte da mesma.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As quantidades a serem adquiridas foram calculadas com base na demanda média mensal do consumo de Gás Liquefeito de Petróleo pela SSUB com base no consumo histórico, conforme Controle sobre o Consumo de Gás Liquefeito de Petróleo de 2024, em anexo, e o Pregão Eletrônico executado por esta Unidade no ano anterior para o mesmo tipo de objeto considerando a demanda para 12 meses. Cabe ressaltar ainda que, por ser uma Organização de caráter militar, uma vez que é necessário conceber a possibilidade de prontidão total do efetivo para que fique aquartelado em situações de emergência, acarretando numa produção de refeições maior do que a habitual.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 240.367,07

A pesquisa de preços consiste em procedimento prévio e indispensável para a verificação de existência de recursos suficientes para cobrir despesas decorrentes de contratação pública. Serve de base também para o confronto e exame de propostas em licitação e estabelece o preço justo de referência que a Administração está disposta a contratar, devendo constar no edital o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global.

Mediante a pesquisa de preços se obtém a estimativa de custos que se apresenta como de fundamental importância nos procedimentos de contratação da Administração Pública, funcionando como instrumento de baliza aos valores oferecidos nos certames licitatórios e àqueles executados nas respectivas contratações. Assim, sua principal função é garantir que o Poder Público identifique o valor médio de mercado para uma pretensão contratual.

A Instrução Normativa nº. 65, de 07/07/2021 SEGES/ME, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional, especifica que a pesquisa deverá ser realizada mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros, devendo ser priorizados os previstos nos Incisos I e II do art 5º:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;

II - Contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;

IV - Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou

V - Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia..

O Painel de Preços consiste numa ferramenta que reproduz dados e informações de compras públicas homologadas no Sistema de Compras do Governo Federal, disponibilizando relatórios resumidos e práticos referentes aos preços praticados por diversos Órgão Públicos, permitindo ao gestor uma rápida tomada de decisão nas execuções de processos de compras.

Assim sendo, e conforme orientações constantes da referida IN, foram adotados como critérios de pesquisa as metodologias definidas nos incisos I e II acima citados, utilizando-se para isso a ferramenta de TI do Painel de Preços, conforme relatório emitido por esse sistema e anexado ao presente processo. O método matemático aplicado para a definição do valor estimado consistiu na utilização da mediana, por considerar esta equipe de planejamento que essa metodologia é a que melhor traduz, em um único número, o conjunto de preços praticados no mercado. Para todos os itens, o cálculo da mediana incidiu em pelo menos três preços, não sendo necessário desconsiderar valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados, pois, para cada item, os preços coletados encontravam-se dentro de uma faixa de variação considerada aceitável pela Equipe de Planejamento.

Por fim, vale ressaltar que o próprio relatório emitido pelo Painel de Preços já traz em seu escopo a caracterização das fontes consultadas, a série de preços coletados e o método matemático aplicado para a definição do valor de estimado, permitindo a qualquer interessado realizar a comparação dos valores pesquisados. Assim sendo, e levando-se em conta que esse relatório já possui as mesmas funcionalidades do usual mapa comparativo normalmente utilizado pela Administração, o mapa comparativo anexado ao processo foi elaborado considerando apenas o resultado final do cálculo da mediana dos preços coletados, relativamente a cada item.

Além disso, no mapa comparativo encontram-se as assinaturas e a identificação do agente responsável pela cotação, do Agente de Controle Interno e do Ordenador de Despesas da BASC.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

De acordo com o TCU, “Parcelamento é a divisão do objeto em partes menores e independentes. Cada parte, item, etapa ou parcela representa uma licitação isolada ou em separado.” (Licitações & Contratos. Orientações Básicas. 4ª ed., p. 225). Assim sendo, a equipe de planejamento considerou ser possível adotar esta forma de aquisição parcelada, objetivando melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, considerando ainda que a divisão do objeto é tecnicamente possível e economicamente viável, e não representa perda de economia de escala.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação pretendida encontra respaldo institucional no PCA 11-47 “Plano Estratégico Militar da Aeronáutica 2018 – 2027” (PEMAER), aprovada pela Portaria nº 2.102/GC3, de 18 de dezembro de 2018.

Nesse documento estratégico, são definidos os seguintes MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS: Emprego da Força Aérea e Preparo da Força Aérea, os quais compõem o conjunto de atividades-fim da Instituição, e representam os principais valores a serem entregues à sociedade brasileira.

Para que essas atividades possam ser realizadas adequadamente, foram definidos também no PEMAER os MACROPROCESSOS DE GESTÃO E SUPORTE, sendo aqueles que não impactam diretamente sobre os principais valores entregues aos clientes da Instituição, mas contribuem sobremaneira para a consecução dos Macroprocessos Finalísticos.

Todas essas atividades de relevância estratégica foram dispostas de maneira representativa a demonstrar o inter-relacionamento entre elas para possibilitar a entrega de produtos ou serviços, ou seja, visando à entrega de valor para os cidadãos e sociedade em geral, formando assim a Cadeia de Valor da FAB, conforme discriminado no Item 3 do PEMAER.

Da análise dessa Cadeia de Valor, dentro do Macroprocesso denominado “Apoio Administrativo”, pertencente ao Grupo GESTÃO E SUPORTE, verifica-se que, em seu desdobramento, há a definição do processo qualificado como “Gerir Atividades de Subsistência”, dentro do qual estão inseridas as tarefas desempenhadas pelo Setor solicitante dos materiais que se pretende adquirir.

O PEMAER estabeleceu, ainda, diretrizes específicas para cada Macroprocesso definido, objetivando a implementação das ideias constantes do Plano Estratégico.

Para o Macroprocesso Apoio Administrativo, uma das diretrizes estipuladas foi a de “aprimorar o apoio administrativo fundamentado nas boas práticas, e alicerçado no cumprimento das legislações em vigor” (Item 6.3.1.3 do PEMAER).

Ou seja, a contratação pretendida é totalmente amparada pelo documento de maior nível de planejamento da Instituição, uma vez que se constitui em uma atividade inserida na Cadeia de Valor da FAB e atende à diretriz específica, pois visa atender às normas de boas práticas para serviços de alimentação e às demais legislações em vigor.

Além disso, é possível citar ainda outras legislações internas ratificando que a aquisição em pauta encontra-se caracterizada como uma atividade de apoio ao cumprimento da missão institucional do COMAER e inserida no planejamento estratégico da Instituição, tais como a NSMA 145-1/1983 (Normas do Sistema de Subsistência), o PCA 400-149/2017 (Plano de Metas da Subdiretoria de Abastecimento da Aeronáutica) e a Portaria DIRAD nº 21/AB4, de 26 de junho de 2020, que dispõe sobre a descentralização de recursos orçamentários, no âmbito do COMAER, para o provimento de alimentação, aquisição de materiais e contratação de serviços em apoio ao Sistema de Subsistência.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se alcançar como resultado da aquisição ora pretendida a manutenção do apoio de subsistência ao efetivo da Guarnição de Aeronáutica de Santa Cruz, com qualidade e segurança alimentar, em cumprimento às atribuições regimentais da BASC, acarretando, por conseguinte, na prestação do suporte necessário ao cumprimento da missão institucional do Comando da Aeronáutica, de forma a garantir o atendimento ao efetivo da Guarnição no que tange ao apoio de alimentação, tendo em vista que os principais equipamentos de cocção utilizados pela SSUB possuem funcionamento a gás.

Vale ressaltar ainda que na área da GUARNAE-SC não há suporte de gás encanado. Além disso, destaca-se a necessidade de aquisição de gás em botijões, uma vez que a SSUB presta apoio de cocção a pontos remotos, como manobras em áreas destacadas, onde se utiliza o cilindro de gás P45, e apoia eventos institucionais e solenidades utilizando-se do botijão de 13 Kg.

Além disso, o abastecimento dos cilindros P-20 é essencial para a continuidade eficiente das atividades com a empilhadeira a gás, assegurando a máxima performance, a redução de custos operacionais e o cumprimento das normas de segurança.

13. Providências a serem Adotadas

Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico da OM para a aquisição em pauta, tendo em vista que esta Unidade tem a estrutura necessária para recebimento de Gás Liquefeito de Petróleo.

Sendo necessário que a Licitante forneça engate rápido compatível para cada tipo de botijão com abastecimento a Kg

14. Possíveis Impactos Ambientais

A fim de que não ocorra impacto ambiental, será exigido da contratada que deverá adotar as práticas de sustentabilidade na execução do objeto, conforme preceitua o Guia Prático das Licitações Sustentáveis da AGU, bem como a Instrução Normativa 06 /2013 do IBAMA, citadas no item 4 deste Estudo Preliminar, Descrição dos Requisitos da Contratação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando o exposto, a aquisição dos materiais em pauta mostra-se viável do ponto de vista técnico e, conforme pesquisa realizada por membro desta Equipe, também do ponto vista orçamentário, uma vez que há disponibilidade de recursos que suporte o custeio da compra, razão pela qual não há óbices técnicos e financeiros para a continuidade do processo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FABIANA DA SILVA ALVES

Agente de contratação

RENATO ALMEIDA DE JESUS

Membro da comissão de contratação

CARLOS VINICIUS FELIX CARVALHO

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - ETP - Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo.pdf (264.46 KB)

ANEXO I - RELAÇÕES DOS ITENS - AQUISIÇÃO DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNID	QTD TOTAL
01	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO À GRANEL PARA ABASTECIMENTO DE RECIPIENTES P190	461651	KG	60.000
02	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, BOTIJÃO DE 45 KG. (P45) - Exclusivo para ME/EPP	461651	UN	36
03	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, BOTIJÃO DE 13 KG. (P13) - Exclusivo para ME/EPP	461651	UN	20
04	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO, PARA ABASTECIMENTO DE RECIPIENTES BOTIJÃO DE 20 KG. (P20) - PARA EMPILHADEIRA	461651	KG	300



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ETP_120669-000027-2026
Data/Hora de Criação:	16/04/2026 12:55:59
Páginas do Documento:	9
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	10
Hash MD5:	837b13012323d900f3f562d000bf4c0b
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten FABIANA DA SILVA ALVES no dia 27/04/2026 às 13:28:01 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Segundo Sargento RENATO ALMEIDA DE JESUS no dia 05/05/2026 às 22:30:39 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ELIZEU MACEDO FREIRE no dia 05/05/2026 às 22:31:52 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap KAROLINE PINTO SOARES no dia 16/06/2026 às 08:09:02 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Ten Cel Int KERLEY FURTADO ARAÚJO no dia 16/06/2026 às 08:58:31 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO